



Encontro do Fonasefe define calendário de mobilização para fevereiro e março

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) definiu em reunião, na última sexta (14), um calendário de mobilizações, que vai culminar com uma greve coletiva dos servidores públicos federais. O debate está sendo motivado pela aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que disponibilizou verba de R\$ 1,7 bilhão para reajuste do serviço pú-

blico, sendo o valor reservado somente para policiais, contemplando apenas 3% do funcionalismo.

Ficou decidido que no dia 18 de janeiro, a partir das 10h, os servidores públicos vão protestar em frente ao Banco Central e, às 14h, em frente ao Ministério da Economia. Na ocasião, será apresentado um índice unificado de reajuste. Já no dia 27 de janeiro, a partir das 15h, será realizada uma Plenária

Nacional dos Servidores Federais, em conjunto com o Fonacate.

No dia 2 de fevereiro, vamos aproveitar a volta do recesso legislativo e judiciário para receptionar os parlamentares com um novo ato, cobrando do STF e do Congresso Nacional a se posicionar contra tal medida que privilegia reajuste apenas para uma categoria.

Entre os dias 14 e 25 de fevereiro, mais de 200 mil

servidores entram numa nova fase da jornada de mobilização, com um estado de greve. E a partir do dia 9 de março, há o indicativo de greve geral do funcionalismo público brasileiro, data que ainda deverá ser confirmada nas assembleias de base. O debate é motivado pela aprovação da Lei Orçamentária Anual que disponibilizou verba para reajuste do serviço público reservado somente para policiais.

MOBILIZAÇÕES PARA APROVAR O PL 2564/2020 - PÁG 2



SAÚDE COM MENOR ORÇAMENTO EM DEZ ANOS- PÁG 4



Para aprovar piso salarial da enfermagem, categoria define calendário nacional de mobilização

Foto: Banco de imagens



No início deste mês, as diversas entidades representativas dos profissionais da enfermagem se reuniram para definir um calendário de mobilização com o objetivo de pressionar os parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado a aprovarem o PL 2564/2020. O momento requer união de todas as forças representativas da categoria para a aprovação da proposta que cria o piso salarial nacional da enfermagem.

Neste sentido, foi definido que a primeira mobilização de rua começa no dia 2 de fevereiro, com um ato em frente aos anexos II, III e IV da Câmara dos Deputados, quando haverá também

o lançamento da agenda permanente da enfermagem.

Essa agenda será composta por uma série de atividades de conscientização sobre a importância da aprovação desse PL, a serem realizadas na Câmara dos Deputados, semanalmente de terça a quinta-feira, durante os meses de fevereiro, março e abril. Nos meses de março e abril, as entidades representativas da enfermagem também vão se revezar em um acampamento em frente ao Ministério da Saúde.

E no dia 8 de março, será realizado um grande ato nacional da enfermagem, tanto no Distrito Federal quanto nos outros estados, inclusive em Pernambuco. Durante

todo esse período, materiais informativos e de divulgação serão disponibilizados materiais informativos para reforçar a mobilização e uma campanha online estará sendo realizada para pressionar os deputados nas redes sociais.

É importante que a categoria continue mobilizada até que o PL seja completamente aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela presidência. Os parlamentares precisam fazer justiça aos milhões de profissionais da enfermagem e precisam compreender a urgência de votar um PL como esse, que traz dignidade a uma das profissões mais importantes da humanidade.

Porém, só isso não basta e todos nós precisamos fazer nossa parte. Entendemos que é necessário realizar um movimento forte e coeso em todo o país, através de mobilizações nos locais de trabalho, nos aeroportos, nos estados em municípios, principalmente, nas redes sociais, pois os gestores dos serviços públicos e privados estão exercendo grande pressão pela rejeição do PL 2564/20.

Portanto, cobre o deputado da sua região, não fique parado. Quando se trata de garantir nossos direitos e a nossa dignidade, precisamos estar cada vez mais unidos e mobilizados. Aprova PL 2564 JÁ!

Expediente

**INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS
FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.

Fone: (81) 2127-8333.

Site: www.sindsprev.org.br

E-mail: siprevpe@uol.com.br

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio

Secretaria Geral: Irineu Messias

Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos

Textos: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Onda de reestatização de empresas cresce na Europa e contraria argumentos do governo brasileiro

A Europa está restabelecendo a estatização de empresas que foram privatizadas nas décadas de 1980 e 1990. Até junho de 2021, mais de 800 empresas tornaram-se públicas novamente. Setores importantes como energia, água e transporte, voltaram para o povo em países como Alemanha e EUA, por exemplo, que possuem forte predominância do capitalismo.

O motivo é que empresas de serviços privados, apresentam serviços ruins e preços elevados, conforme explicam as pesquisas que analisam o cenário mundial contrário à América Latina e principalmente ao Brasil,

já que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem travado um embate com servidores e o povo brasileiro para que haja privatização através de PECs como a de nº 32.

O movimento de reestatização na Europa não é novo, há mais de cinco anos, a remunicipalização de serviços de saneamento básico e eletricidade, por exemplo, promoveram clamores sociais destacados com resultados favoráveis ao povo.

O fato é que quando um serviço público é privatizado, o lucro torna-se prioridade e a consequência é o aumento expressivo de valores, com serviços inacessíveis para a população mais



Foto: Agência Brasil

pobre, além de falta de investimentos em infraestrutura, relaxamento nas condições de trabalho dos profissionais, dentre outros. Serviços de transparência são

entregues com déficit, para especialistas no assunto, em um país subdesenvolvido como o Brasil, isso é um botão que alavanca o índice de corrupção.

Novas regras para aposentadoria especial em 2022 depois da Reforma Previdenciária

Em tempos de mudanças trabalhistas, com a reforma previdenciária de 2019 realizada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a aposentadoria especial também sofreu alterações nas regras consideradas essenciais para o trabalhador e seus direitos.

Especial é a aposentadoria que leva em conta o grau de periculosidade e insalubridade. É o benefício que favorece o descanso com exigência de tempo de contribuição e idade reduzidos para profis-

sionais que atuam em áreas de risco com exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais definidos pela legislação trabalhista.

Para comprovar o tempo trabalhado, o profissional empregado precisa apresentar o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), assinado pelo médico ou engenheiro do trabalho da empresa. Já quem é autônomo, registros de prestações de serviço ou rotina de trabalho também são aceitáveis.

Em 2022, o benefício sofreu alterações em grau e valor. O cálculo é feito com a média de todos os salários. O valor recebido é de 60% dessa média + 2% para cada ano a mais de atividade especial exercida dentro de cada categoria especial de trabalho, ou seja, se a atividade da pessoa, exige tempo de 20 anos e o trabalhador possui 23, o cálculo atende 60% da média dos salários + 6% da soma dos três anos de atividades excedidos.

Confira abaixo as tabelas de tempo de contribuição depois da reforma para trabalhadores sem filiação ao INSS, que são aqueles com regime próprio do serviço público (TAB1) e para trabalhadores vinculados ao INSS (TAB2), vale ressaltar que as regras de transição para esse grupo exigem alcance de pontuação ao considerar a soma do tempo de contribuição com a idade do trabalhador e mais um grau de risco na atividade de trabalho:

TABELA 1

Trabalhadores sem filiação ao INSS

Idade	Tempo de contribuição	Categoria
55 anos	15 anos	Minas subterrâneas
58 anos	20 anos	Contato com amianto ou trabalho em minas
60 anos	25 anos	Demais casos de trabalho com agentes prejudiciais à saúde

TABELA 2

Trabalhadores filiados ao INSS

Pontuação	Tempo de efetiva exposição
66 pontos +	15 anos
76 pontos +	20 anos
86 pontos +	25 anos

Setor de saúde sobrevive com menor orçamento dos últimos dez anos

Enquanto os servidores da saúde sofrem com a sobrecarga dos leitos dos hospitais brasileiros superlotados com o aumento das transmissões de Covid-19 e H3n2, a proposta de orçamento do governo de Jair Bolsonaro para 2022, foi a menor para esse setor nos últimos dez anos.

Segundo a Agência Brasil, no final de 2021, o Congresso Nacional aprovou para o Orçamento de 2022 apenas cerca de R \$800 milhões de reajuste para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, outros R\$4.934 bilhões foram fixados para o Fundo Eleitoral. Já para os recursos públicos de saúde, segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), a proposta orçamentária foi de R\$ 147,5 bilhões, valor próximo à média dos

últimos anos, mas desse saldo, excluindo os gastos de combate à pandemia da Covid-19, o orçamento cai para R\$140,3 bilhões, um valor que parece alto comparado ao de outros setores, mas que é o menor desde 2012. Esse valor diz respeito a apenas 3,1% dos recursos totais do governo, o menor percentual em uma década.

Em 2021, cortes radicais para as políticas de saúde tiveram impactos de pelo menos R\$36 bilhões a menos de recursos para a pandemia do novo coronavírus em vacinas, abertura de novos leitos e contratações de médicos e enfermeiros.

A União, no ano passado, já havia prejudicado também recursos da edu-

cação, dos créditos de micro e pequenas empresas, dentre outros. Esse orçamento também não atendeu com eficiência a renovação do auxílio emergencial que se arrastou com dificuldades para assistir a população brasileira de baixa renda e reduziu ainda mais o percentual de famílias beneficiadas.



Foto: Banco de Imagens

Para conter avanço da Covid, PE amplia medidas restritivas



Foto: José Cruz / Agência Brasil

Diante da alta de casos, o governo de Pernambuco divulgou esta semana novas medidas restritivas para conter o avanço da Covid-19 e da Influenza. As medidas passaram a valer na última sexta (14) e seguem até o dia 31 deste mês.

Passa a ser exigido o passaporte vacinal com duas doses ou dose única para pessoas até os 54 anos e, a partir dos 55 também o reforço. A quantidade de pessoas por mesa não pode passar de 20. A medida é válida para restaurantes, bares e lanchone-

tes, inclusive em shoppings, centros comerciais e feiras de negócios. O mesmo vale para cinemas, teatros e museus.

Em todos estes locais também deve ser respeitada a distância de um metro entre as pessoas e mesas. Caso o público ultrapasse 300 pre-

sentes, será exigido teste de antígeno (com até 24 horas de antecedência) e RT-PCR (até 72 horas).

Para eventos, houve uma redução no público permitido. Agora, o limite é de até 3 mil pessoas em locais abertos, de mil em espaços fechados ou 50% da capacidade do local, valendo o que for menor.

Entre as medidas sanitárias, a vacinação é uma das mais importantes. Por isso, é fundamental que você complete seu esquema vacinal contra o novo coronavírus, bem como contra a influenza. Além disso, siga utilizando máscara, higienizando as mãos e mantendo o distanciamento social.